

Para maioria, a taxa não é de 4%

MARCILIO MARQUES MOREIRA, Vice-Presidente do Unibanco — O pagamento de taxa de risco (spreads) de quatro por cento acima da Libor (taxa interbancária no mercado do eurodólar) foi considerado um "exagero" ontem pelo Vice-Presidente do Unibanco, Marcilio Marques Moreira.

Marques Moreira afirmou que isto só pode ter acontecido como um fato isolado, no período entre 1982 e 1983, quando a situação cambial do País era crítica. Normalmente, explicou, o spread é de dois por cento acima da Libor ou 2,25 por cento, no máximo.

Na opinião de Marcílio a tendência agora é de que a taxa de risco diminua devido à melhor posição de reservas, ao desempenho na balança comercial, e também às condições mais satisfatórias já alcançadas pelo México nas últimas negociações com os banqueiros internacionais.

PRATINI DE MORAES, Deputado, Vice-Presidente da Comissão de Economia da Câmara — O Deputado Marcus Vinícius Pratini de Moraes (PDS-RS), Vice-Presidente da Comissão de Economia da Câmara dos Deputados e Presidente do Conselho de Administração do grupo Pelxoto de Castro, espera que após a renegociação da dívida externa, o spread (taxa de risco) cobrado ao Brasil caia, como ocorreu com o México.

— Pelo que sei, o diferencial atualmente cobrado ao Brasil é de 2,5 por cento e, se chega a quatro por cento, não é do meu conhecimento. O que me preocupa mais é o valor total pago nos empréstimos, incluindo juros e spread, que já está em 16 por cento ao ano e representa um sacrifício muito grande para a sociedade brasileira. Acredito que, se o Presidente Reagan for reeleito, serão adotadas medidas para conter o déficit fiscal americano, que é uma das principais razões da existência de altas taxas de juros no mercado internacional.

CARLOS BRANDÃO — Presidente da

Andima — O Presidente da Associação Nacional das Empresas do Mercado Aberto (Andima) afirmou que se a política econômica brasileira der bons resultados na área interna, o spread deverá cair um ou 1,5 ponto percentual.

— Pessoalmente, não acredito que estas taxas sejam superiores a 2,5 pontos percentuais. Em um outro empréstimo excepcional um banco estrangeiro pode cobrar quatro por cento de diferencial ao Brasil. Quanto à existência do spread, considero que, de certo modo, se justifica, pois o País tem a maior dívida externa do mundo e, ao fazer os contratos, os banqueiros não podem se esquecer disso. Como as reservas em dólares do Brasil já se aproximam de US\$ 7 bilhões, a tendência é de pagarmos spreads menores. **RONALDO COSTA COUTO, Secretário de Planejamento de Minas Gerais**, não entra no mérito do exato percentual cobrado como "taxa de risco" pelos bancos internacionais. Opina, no entanto, que os países ricos têm pleno conhecimento das riquezas e da potencialidade do Brasil e nunca poderiam impor ao País taxas altas. Para ele, esse spread não é fixado com base no real risco do Brasil, mas imposto pelos banqueiros, que visam ao lucro financeiro, sem preocupações mais amplas com a situação dos países endividados. Afirma Costa Couto que a resposta às imposições dos países ricos terá de ser adotada politicamente e não mais no meio técnico. **ROBERTO MACEDO, economista**, acha que há uma exagero na informação de que o Brasil pega um diferencial de risco de quatro por cento ao tomar empréstimos. Afirma que o máximo de que tem conhecimento é um spread de três por cento acima das taxas de mercado, devido ao "risco político" no Brasil. Destaca que a comissão de abertura de outros encargos do contrato não chegam a representar ônus maior que meio por cento. "Acho difícil que o Brasil esteja pagando juros globais de 16 por cento para os banqueiros internacionais. Se o Banco Central por acaso confirmar essa taxa, será um autêntico absurdo", acrescenta Roberto Macedo.